

Nesta Edição:

- Audiência Pública no Senado debate a remuneração das contas vinculadas ao FGTS.

Audiência Pública no Senado debate remuneração das contas vinculadas ao FGTS

A subcomissão temporária – FGTS, objetiva examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização do Fundo, bem como propor o aprimoramento na legislação específica.

Vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a subcomissão é presidida pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO) e tem como relatora a senadora Marta Suplicy (PT-SP). Integram ainda a subcomissão como titulares os senadores Paulo Paim (PT/RS), Casildo Maldaner (PMDB/SC) e a senadora Ana Amélia (PP/RS) e suplentes, Wellington Dias (PT/PI), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Waldemir Moka (PMDB/MS), Lauro Antonio (PR/SE) e Paulo Bauer (PSDB/SC).

Para essa audiência foram convidados três representantes do Conselho Curador do FGTS.

- ✓ Paulo Eduardo Cabral Furtado, assessor especial do Ministro do Trabalho e Emprego; e
- ✓ Flavio José Cavalcanti Azevedo, vice-presidente da CNI, pelo patronato e integrante do Conselho;
- ✓ Jacy Afonso de Melo, secretário nacional da CUT, pelos trabalhadores.

Paulo Eduardo Cabral Furtado ao concordar com a forma de remuneração das contas vinculadas ao FGTS, afirmou que a proposta não acarretará desequilíbrio econômico-financeiro, mas poderá prejudicar as políticas sociais financiadas pelo fundo. Pronunciou-se, ainda, favorável a decisão do governo de levar para o orçamento fiscal o resultado da contribuição adicional de 10% sobre a multa ao FGTS.

Flávio José Cavalcanti Azevedo manifestou sua discordância com a distribuição dos resultados financeiros do FGTS como preconizado em vários projetos de lei do Senado. (PLS 581 de 2007- do senador Paulo Paim; PLS 301 de 2008 – do senador Cezar Borges e PLS 580 de 2011, da senadora Marta Suplicy).

Os projetos pretendem seja distribuído, às contas vinculadas dos trabalhadores, percentual do resultado positivo do exercício que exceder a um por cento do Patrimônio Líquido do FGTS do exercício anterior ao da apuração de resultado, devendo a distribuição entre as contas vinculadas do trabalhador ser proporcional ao saldo de cada conta.

panel

- “Instalações portuárias privadas” será tema de audiência pública no Senado.

As Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Econômicos e a de Infraestrutura do Senado, realizarão audiência pública conjunta, com a finalidade de instruir e debater o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, que altera a Lei nº 8.630 de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Convidados:

Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República;

Willen Mantelli, Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP);

Eduardo Requião, ex-Superintendente do Porto de Paranaguá-PR;

Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e

Presidente da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (ABRATEC).

Autoria do requerimento aprovado: Senadora Kátia Abreu e outros

Lembrou o grande acordo celebrado, ainda no governo do presidente Fernando H. Cardoso, para cobertura das contas do FGTS em razão de decisão do STF, os planos econômicos de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990. Naquela oportunidade houve a concordância do empresariado no aumento da contribuição patronal ao FGTS de 8 para 8,5% e ainda a contribuição adicional de 10% sobre os depósitos ao Fundo em caso de despedida imotivada.

Defendeu que essa contribuição seja extinta a partir de julho deste ano na medida em que não há mais necessidade de aporte de recurso para cobertura daqueles Planos Econômicos. Refutou com veemência declaração do representante do Ministro do Trabalho de que o resultado dessa contribuição adicional de 10% seja apropriado pelo Tesouro. Considera que isso seja flagrantemente inconstitucional por não tratar-se de imposto.

Concluindo disse que a classe empresarial apoiará o que for melhor para o trabalhador, ressaltando que o FGTS é fator de equilíbrio social. Questionou, no entanto, se é melhor usar parte do lucro para aumentar os saldos nas contas individuais ou manter as políticas sociais sustentadas pelos recursos do FGTS.

Jacy Afonso de Melo representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT no conselho curador do FGTS nos últimos quatro anos, foi o único debatedor a defender, sem reservas, Projeto de Lei do Senado 301/2008 que estabelece a distribuição da rentabilidade das aplicações dos recursos do FGTS entre as contas individuais do trabalhador.

Participaram do debate formulando questionamentos aos palestrantes a senadora Ana Amélia e senadores Casildo Maldaner e Wellington Dias, além do presidente e da relatora.

Nova audiência pública sobre o tema acontecerá na próxima quarta-feira, 29 de março às 14h30 com os seguintes convidados: Jorge Hereda do presidente da Caixa Econômica Federal, Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical e Antônio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio.